



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 57/XII/ 1.^a SL

Aos 07 dias do mês de Março de 2012, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Economia e Obras Públicas, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da ata n.º 54/XII (reunião de 29 de fevereiro de 2012);
2. Apreciação e votação do requerimento subscrito pelo PSD para audição do Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sobre a renegociação das Parcerias Público-Privadas e os problemas associados à construção do Túnel do Marão;
3. Apreciação e votação do requerimento subscrito pelo BE para audição do Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sobre os montantes pagos à Lusoponte pela concessão da Ponte 25 de Abril;
4. Apreciação e votação do requerimento subscrito pelo PCP para audição do Senhor Ministro da Economia e do Emprego sobre pagamentos indevidos e injustificados à Lusoponte e sobre a imposição de portagens nas autoestradas SCUT;
5. Apreciação e votação do requerimento subscrito pelo PS para audição do Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações sobre pagamento à Lusoponte de 4,4 milhões de euros a título de compensação por não cobrança de portagens na Ponte 25 de Abril no mês de Agosto de 2011;
6. Audições - fixação de critérios;
7. Apresentação do Plano de Atividades do GT-TAMA – Transportes Aéreos para a Madeira e Açores;
8. Fixação da redação final relativa aos Projetos de Resolução n.ºs 154/XII/1.^a, 172/XII/1.^a e 178/XII/1.^a – Linha do Vouga;
9. Apreciação e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 35/XII/1.^a (GOV) – Estabelece o regime jurídico aplicável à prestação de serviços postais, em plena concorrência, no território nacional, bem como de serviços internacionais com origem



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 57/XII/ 1.ª SL

ou destino no território nacional e transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2008/6/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de fevereiro de 2008;

10. Apreciação e votação do parecer sobre Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à classificação, embalagem e rotulagem das preparações perigosas [COM(2012)8]

Relatora: Deputada Hortense Martins (PS);

11. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de DECISÃO DO CONSELHO que estabelece a posição a adotar pela União Europeia no âmbito do Conselho Geral da Organização Mundial do Comércio sobre o pedido de derrogação da OMC em relação às preferências comerciais autónomas adicionais concedidas pela União Europeia ao Paquistão [COM(2012)24]

Relator: Deputado Emídio Guerreiro (PSD);

12. Apreciação e votação do parecer sobre o RELATÓRIO DA COMISSÃO: Painel de Avaliação dos Auxílios Estatais - Relatório sobre os auxílios estatais concedidos pelos Estados-Membros da UE - Atualização do outono de 2011 [COM(2011)848]

Relator: Deputado Agostinho Lopes (PCP);

13. Apreciação e votação do parecer sobre a COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO CONSELHO E AO PARLAMENTO EUROPEU que estabelece um sistema de gestão da segurança da aviação para a Europa [COM(2011)670]

Relator: Deputado Agostinho Lopes (PCP);

14. Outros assuntos.

1. Apreciação e votação da ata n.º 54/XII (reunião de 29 de fevereiro de 2012);

Submetida à votação, a ata n.º 54/XII/1.ª, relativa à reunião da Comissão de 29 de fevereiro de 2012, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

Antes de se entrar no ponto dois da ordem do dia, o Senhor Deputado Basílio Horta (PS) pediu a palavra para apresentação de um requerimento oral. Referiu que o seu grupo parlamentar



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 57/XII/ 1.ª SL

estava preocupado com a situação do QREN, sabendo que há muitas verbas comprometidas e poucas executadas e considerou importante que se junte esforços para que a maior parte das verbas possa ser utilizadas. Informou que o PS teve conhecimento de notícias não desmentidas de um conflito de competências positivo sobre quem iria tutelar o QREN e que aguardava uma decisão sobre o assunto, tendo feito também referência às declarações do Primeiro-Ministro de que a coordenação era do Ministro da Economia e do Emprego mas a última palavra seria do Ministro de Estado e das Finanças. O PS considera que há uma mudança de fundo na gestão do QREN, pelo que solicita a audição na Comissão do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, para que diga como vai decidir, que critérios vai utilizar, que opções vai tomar e que prioridades vai respeitar.

O Senhor Deputado Luís Menezes considerou o requerimento lamentável e ridículo e que se estava a fazer um ato de chicana pura e dura, numa altura em que o próprio PS está com dificuldades internas. Referiu que o Primeiro-Ministro estaria nessa tarde na Assembleia da República e certamente esclareceria a questão. Informou ainda que o seu grupo parlamentar iria votar contra este requerimento.

Pela Senhora Deputada Catarina Martins foi questionado o facto de o PSD anunciar que iria votar contra o requerimento porque acreditava que o Primeiro-Ministro iria esclarecer tudo nessa tarde, o que podia não acontecer.

O Senhor Deputado João Paulo Viegas (CDS-PP) informou que o seu grupo parlamentar votaria contra o requerimento, tendo lembrado que a Comissão tinha já ouvido o Secretário de Estado Adjunto da Economia e do Desenvolvimento Regional, que explicou a reprogramação do QREN. Finalmente, considerou o requerimento precipitado e afirmou-se crente de que o Primeiro-Ministro daria as explicações que os grupos parlamentares entendessem.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) informou que o seu grupo parlamentar, por princípio, não inviabiliza qualquer pedido de audição e o mesmo se iria passar com este requerimento, apesar das suas reservas e críticas quanto à forma como a gestão dos fundos do QREN tem sido levada a cabo, independentemente de quem os gere. Questionou ainda se a proposta do PS seria para ouvir o Ministro do Estado e das Finanças enquanto coordenador da comissão interministerial para supervisionar a gestão e execução dos fundos comunitários. Se assim for, entende que a Assembleia da República tem todo o interesse em acompanhar esta nova estrutura.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 57/XII/ 1.^a SL

Respondeu o Senhor Deputado Basílio Horta (PS), para afirmar que a apresentação de requerimentos é um direito e não é ridículo. Reiterou a opinião de que havia uma mudança na gestão do QREN e que o facto de o Primeiro-Ministro ir ao Parlamento não podia servir de base para rejeitar um requerimento, porque, seguindo essa argumentação, o Primeiro-Ministro está no Parlamento de 15 em 15 dias e então não seria necessário vir qualquer Ministro.

Submetido à votação, foi o requerimento rejeitado, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP e do BE.

2. Apreciação e votação do requerimento subscrito pelo PSD para audição do Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sobre a renegociação das Parcerias Público-Privadas e os problemas associados à construção do Túnel do Marão;

3. Apreciação e votação do requerimento subscrito pelo BE para audição do Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sobre os montantes pagos à Lusoponte pela concessão da Ponte 25 de Abril;

4. Apreciação e votação do requerimento subscrito pelo PCP para audição do Senhor Ministro da Economia e do Emprego sobre pagamentos indevidos e injustificados à Lusoponte e sobre a imposição de portagens nas autoestradas SCUT;

5. Apreciação e votação do requerimento subscrito pelo PS para audição do Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações sobre pagamento à Lusoponte de 4,4 milhões de euros a título de compensação por não cobrança de portagens na Ponte 25 de Abril no mês de Agosto de 2011;

Por sugestão do Senhor Deputado Luís Menezes (PSD), que mereceu a concordância dos restantes grupos parlamentares, a discussão dos pontos 2, 3, 4 e 5 da ordem do dia foi feita em conjunto, tendo o Senhor Deputado sugerido também que os requerimentos em causa fossem substituídos por um único requerimento, que abarcasse todos os temas propostos.

O Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS) sugeriu também que todas as matérias objeto dos requerimentos em causa poderiam ser discutidas numa única audição, tendo a Senhora Deputada Catarina Martins (BE) concordado, desde que fosse debatida também a ordem em



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 57/XII/ 1.ª SL

que os temas iriam ser abordados, porque não gostaria de ver o tema do seu requerimento debatido apenas depois de uma longa discussão.

Pelo Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) foi solicitado que, no requerimento apresentado pelo seu grupo parlamentar, considerassem a substituição da audição do Senhor Ministro da Economia e do Emprego pela do Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações. Expressou também concordância em discutir os três temas numa única reunião.

O Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) também se pronunciou favoravelmente à existência de um requerimento conjunto, tendo abordado igualmente a questão da ordem das intervenções.

Tornou a usar da palavra o Senhor Deputado Luís Menezes (PSD), para propor integrar no seu requerimento as matérias objeto dos outros requerimentos apresentados e a utilização da grelha normal das audições, com a ordem normal de intervenção aí prevista.

Não se tendo registado acordo em reunir no requerimento apresentado pelo PSD todas as matérias dos restantes requerimentos, o Senhor Presidente questionou se os Deputados estariam na disposição de votar um requerimento conjunto de todas as forças políticas que apresentaram os requerimentos anteriores, tendo como objeto os temas neles referidos, e fazendo-se uma única audição do Senhor Secretário de Estado, com utilização da grelha normal.

Havendo acordo, foi esse requerimento oral aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV

6. Audições - fixação de critérios;

Neste ponto da ordem do dia, foi fixado o seguinte critério para a realização de audições: são ouvidas em Comissão, por princípio, as associações de dimensão nacional, representativas do sector, tendo-se também em conta o interesse e a dimensão do tema a tratar. As restantes serão ouvidas no GT Audiências da CEOP, o qual poderá fazer uma análise das entidades em causa para uma boa aplicação deste critério.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 57/XII/ 1.ª SL

7. Apresentação do Plano de Atividades do GT-TAMA - Transportes Aéreos para a Madeira e Açores;

O Senhor Presidente informou que o plano de atividades do Grupo de Trabalho Transportes Aéreos para a Madeira e para os Açores tinha já sido distribuído a todos os Deputados da Comissão, para conhecimento.

8. Fixação da redação final relativa aos Projetos de Resolução n.ºs 154/XII/1.ª, 172/XII/1.ª e 178/XII/1.ª – Linha do Vouga;

A redação final relativa aos Projetos de Resolução n.ºs 154/XII/1.ª, 172/XII/1.ª e 178/XII/1.ª, todos sobre a Linha do Vouga, foi fixada, sem votos contra, tendo sido aprovado o texto de fusão das resoluções aprovadas no Plenário da Assembleia da República

9. Apreciação e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 35/XII/1.ª (GOV) – Estabelece o regime jurídico aplicável à prestação de serviços postais, em plena concorrência, no território nacional, bem como de serviços internacionais com origem ou destino no território nacional e transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2008/6/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de fevereiro de 2008;

De seguida, a Comissão procedeu à apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 35/XII/1.ª, a qual foi objeto de gravação e se encontra disponível na página da Comissão.

10. Apreciação e votação do parecer sobre Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à classificação, embalagem e rotulagem das preparações perigosas [COM(2012)8]

Relatora: Deputada Hortense Martins (PS);

Este ponto da ordem do dia foi adiado para a reunião seguinte.

11. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de DECISÃO DO CONSELHO que estabelece a posição a adotar pela União Europeia no âmbito do Conselho Geral da Organização Mundial do Comércio sobre o pedido de derrogação da OMC em relação às preferências comerciais autónomas adicionais concedidas pela União Europeia ao Paquistão [COM(2012)24]



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 57/XII/ 1.ª SL

Relator: Deputado Emídio Guerreiro (PSD);

Devido à impossibilidade de comparência do relator, o Senhor Deputado Nuno Matias (PSD) apresentou brevemente o parecer sobre a COM(2011)24.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Agostinho Lopes (PCP), para concordar com o relatório e a opinião do relator e considerar que deveriam ser assinaladas as possíveis consequências negativas para a economia da aprovação desta proposta de Diretiva; Fernando Serrasqueiro (PS), para lembrar que este processo se prolongou durante anos e defender que este parecer deveria expressar uma posição mais incisiva o que toca à concessão de facilidades ao Paquistão, tendo em consideração que este não pode beneficiar destas concessões e, em simultâneo, congelar as exportações de matéria-prima, tendo apresentado uma proposta de aditamento às conclusões; e Hélder Amaral (CDS-PP), para considerar razoável a proposta apresentada.

O Senhor Deputado Nuno Matias (PSD) acolheu a sugestão apresentada e informou que depois o relator a introduziria no texto.

Submetido o parecer à votação, tendo em consideração o aditamento proposto, foi o mesmo aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE e do PEV.

12. Apreciação e votação do parecer sobre o RELATÓRIO DA COMISSÃO: Painel de Avaliação dos Auxílios Estatais - Relatório sobre os auxílios estatais concedidos pelos Estados-Membros da UE – Atualização do outono de 2011 [COM(2011)848]

Relator: Deputado Agostinho Lopes (PCP);

Este ponto da ordem do dia foi adiado.

13. Apreciação e votação do parecer sobre a COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO CONSELHO E AO PARLAMENTO EUROPEU que estabelece um sistema de gestão da segurança da aviação para a Europa [COM(2011)670]

Relator: Deputado Agostinho Lopes (PCP);

Este ponto da ordem do dia foi adiado.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 57/XII/ 1.ª SL

14. Outros assuntos.

Nada havendo a tratar neste ponto, a reunião foi encerrada às 13:50 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 13 de março de 2012.

O PRESIDENTE

(LUÍS CAMPOS FERREIRA)



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 57/XII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adriano Rafael Moreira
Agostinho Lopes
Ana Paula Vitorino
Carina Oliveira
Catarina Martins
Cláudia Monteiro de Aguiar
Eduardo Teixeira
Fernando Jesus
Fernando Serrasqueiro
Helder Amaral
Hortense Martins
João Paulo Viegas
Luís Campos Ferreira
Luís Leite Ramos
Luís Menezes
Nuno Encarnação
Nuno Filipe Matias
Paulo Ribeiro de Campos
Pedro Pinto
Pedro Saraiva
Rui Paulo Figueiredo
Basílio Horta
Bruno Dias
Carlos São Martinho
Cristóvão Crespo
Maria Paula Cardoso
Nuno Serra
Paulo Cavaleiro
Paulo Simões Ribeiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Duarte Cordeiro
Heloísa Apolónia

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: